

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.ª SL

Aos 21 dias do mês de maio de 2013, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I parte

17:00 - Audiência P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento - Agenda de Política Externa e de Cooperação Portuguesa, no que concerne às negociações, que estão a acontecer, da Agenda Global pós 2015.

II parte

1. Informações.

2. Apreciação de:

- COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Política Europeia de Vizinhança: rumo a uma Parceria reforçada (JOIN(2013) 4 final);

Relatório Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD).

3. Aprovação das Atas nºs 91 e 92 relativas às reuniões de 7 de maio e 14 de maio, respetivamente.

4. Outros assuntos.

I parte

17:00 - Audiência P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento - Agenda de Política Externa e de Cooperação Portuguesa, no que concerne às negociações, que estão a acontecer, da Agenda Global pós 2015.

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu início à reunião, tendo começado por saudar e dar as boas vindas às representantes da P&D Factor, a Presidente, Mafalda Tello e a Diretora Executiva, Alice Frade. Disse que a audiência foi solicitada por esta

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

Associação para informar a Comissão sobre as negociações da Agenda Global pós 2015 e deu de seguida a palavra à Presidente.

A Sr.^a Presidente da P&D Factor, Mafalda Tello, agradeceu a disponibilidade da Comissão para recebê-las e começou por referir as razões pelas quais foi constituída esta associação. Após a constituição, o trabalho inicial foi de reflexão sobre como deveriam evoluir e intervir. Há uma dimensão estruturante que resultou já dessa reflexão e que não pode deixar de ser explícita e diretamente mencionada, que é a igualdade de género. Esta questão não pode ser diluída ou transversalizada nos restantes objetivos da Agenda. Mencionou ainda duas outras dimensões estruturantes fundamentais, a saúde e a educação.

A Sr.^a Dr.^a Alice Frade interveio de seguida referindo que está em curso a construção da Agenda pós 2015. Há um conjunto de objetivos que se sabia antecipadamente que não iam ser alcançados e Portugal não tem estado presente no debate, pelo menos de forma ativa. Os objetivos que irão ser fixados serão para todos os países e considerou que era indispensável a existência de um documento interno sobre esta questão. Concluiu referindo que há nesta matéria um debate importante que é necessário aprofundar e esta Comissão pode ter um papel importante.

O Sr. Presidente agradeceu a apresentação e deu de seguida a palavra aos Srs. Deputados.

A Sr.^a Deputada Mónica Ferro (PSD) começou por referir que o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento trabalham em estreita colaboração com esta associação. Subscrive o documento que foi enviado pela P&D Factor pois considera que define uma parte fundamental do que é desenvolvimento. Concorde que Portugal tem de fazer a sua própria reflexão sobre a matéria. Referiu que há países que estão alinhados com a ideia de retirar as referências ao género e concluiu referindo que Portugal tem um conhecimento técnico em várias áreas que não pode ser descurado.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

A Sr.^a Deputada Helena Pinto (BE) disse que não lhe parecia necessário fazer uma declaração de interesses mas é público o seu envolvimento com estas questões. Considerou, no entanto, que não podemos ignorar as situações que vivemos no país: já temos rotura de medicamentos nos hospitais. Esta situação já é vivida entre nós, há um retrocesso significativo, referiu. Disse ainda que importava fazer o balanço do processo a nível mundial e imputar responsabilidades a quem as tem. Referiu também que lamentava ouvir que Portugal tem estado ausente dos debates internacionais e pensa que desta reunião pode sair o compromisso da Comissão estar mais alerta e fiscalizar a ação do Governo neste domínio.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que não partilhava o otimismo relativamente ao que tem acontecido nos últimos anos em termos de cooperação para o desenvolvimento e considera até que há um retrocesso. Qual o contributo que Portugal poderá dar para a definição dos objetivos da Agenda Global pós 2015, perguntou. Portugal tem conhecimentos nesta matéria em resultado da sua relação particular com os países de língua oficial portuguesa. Concluiu referindo que era importante que se faça um balanço do que se conseguiu, para se preparar a Agenda pós 2015.

A Sr.^a Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) cumprimentou as representantes da P&D Factor e agradeceu a presença e a exposição. Considerou que é muito importante perceber que pela frente existem desafios e obstáculos e ter presente a pressão demográfica e as suas consequências. Referiu que considerou muito interessante ouvir no Colóquio “Os Direitos Humanos na Ordem do Dia” promovido pelo Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, em parceria com a P&D Factor, que os países devem adaptar-se à sua realidade demográfica. Acredita nas sinergias internacional/nacional, considera, todavia, que é importante os organismos internacionais apoiarem os Estados no seu papel de promoção dos direitos humanos.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) teceu alguns comentários, começando por referir que este debate é crucial até porque se vão recenseando os falhanços do milénio, pelo que Agenda pós 2015 é muito importante também para o presente. Disse que esperava que não estivéssemos a caminhar para a inclusão de Portugal nos

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

países em vias de desenvolvimento. Referiu ainda que nada tinha contra as prioridades elencadas, no entanto, considerou que importava ter em conta o equilíbrio económico. Um dos aspetos fundamentais do atraso é o desenvolvimento económico e exemplificou referindo que Portugal desenvolveu-se muito depois do 25 de abril em termos sanitários, não só por causa do Serviço Nacional de Saúde, mas também pela melhoria das condições de vida dos portugueses.

O Sr. Deputado Basílio Horta (PS) disse que a nossa cooperação não é idêntica à norueguesa ou à japonesa. Considerou lamentável que a cooperação não seja vista como uma estratégia fundamental, em duas vertentes: construção do Estado e economia. A presença de Portugal abre as portas e é fundamental para fazer negócio. A finalizar, considerou que importava separar cooperação e despesa. Cooperação é investimento e do melhor, concluiu.

A Sr.^a Presidente da P&D Factor pediu a palavra para responder e começou por referir que a Agenda não se aplica apenas aos países em desenvolvimento. Relativamente aos ODM não pode deixar de se reconhecer que houve alguns avanços mas também alguns falhanços significativos. Considerou que o acesso à saúde reprodutiva e sexual é fundamental e é, antes do mais, um direito humano e dele dependem muitos outros fatores, como a sobrevivência das crianças e a saúde das mulheres.

A Dr.^a Alice Frade disse que desconhecem as atuais linhas da cooperação para o desenvolvimento. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação anunciou que em breve iria ser apresentada a estratégia da cooperação para o desenvolvimento, o que é muito importante. Salientou que a cooperação não pode ser feita através do apoio esporádico a projetos, pois é muito importante, a nível da cooperação e dos países envolvidos, a sua previsibilidade. Reiterou a ideia que Portugal, tal como muitos outros países já têm, deveria ter um documento estratégico relativo à Agenda Global pós 2015.

O Sr. Presidente agradeceu os documentos que a P&D Factor enviou, a exposição e os esclarecimentos e alertas que deixaram. Agradeceu a presença das representantes da P&D Factor que se retiraram tendo a reunião prosseguido.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

II parte

1. Informações.

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Deputado Mário Magalhães para apresentar as conclusões III Fórum Parlamentar Luso-Espanhol, que se realizou em Madrid, a 6 e 7 de maio.

O Sr. Deputado Mário Magalhães (PSD) começou por referir a forma cordial como decorreu a Cimeira e realçou a importância que lhe foi conferida pela parte espanhola. Quanto às conclusões sublinhou a primeira, relativa à cooperação dos dois Estados junto das instâncias internacionais e, em particular, a sensibilização das instituições da UE quanto ao desenvolvimento de políticas e adoção de medidas visando o crescimento e o emprego.

Enfatizou o espírito de total cooperação entre os membros da delegação portuguesa que reuniram antes e distribuíram os temas entre si, independentemente dos grupos parlamentares, o que foi mesmo mencionado pelos membros da delegação espanhola. Na cimeira foi referida a necessidade de efetuar encontros sectoriais, designadamente na área de transportes, UE e segurança interna. O parlamento espanhol acabou com os GPAs e optou por este tipo de encontros reduzido a países de proximidade e apelaram a que se tentasse estabilizar as delegações para que fosse dada sequência aos debates.

O Sr. Presidente reforçou este entendimento dado que esteve na cimeira anterior e de facto importa assegurar a continuidade dos trabalhos de forma a tornar estas cimeiras mais profícuas. Informou, de seguida, que foi recebida proposta do MNE para a realização na Sala do Senado, no próximo dia 29 de maio, de Colóquio Comemorativo dos 50 anos da União Africana. Seria uma organização conjunta da Assembleia da República, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Grupo dos Embaixadores Africanos em Lisboa (Grupo Africano). Houve acordo dos presentes quanto à organização do Colóquio tendo sido feita a sugestão que as intervenções fossem reduzidas, eliminando-se do programa proposto as intervenções dos representantes dos grupos parlamentares.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

O Sr. Presidente informou ainda das conclusões da reunião da Mesa e Coordenadores, designadamente quanto à deslocação a Moçambique, no início da próxima sessão legislativa, de uma delegação comporta pelo Presidente da Comissão e um representante de cada grupo parlamentar.

Sugeriu as próximas audições, a agendar, se possível, ainda na presente sessão legislativa:

- Secretario Executivo CPLP (visita à sede da CPLP e audição)
- Embaixadores Angola e Moçambique (no quadro das relações da CPLP)
- Embaixador da China e
- Presidente do Instituto Camões.

Referiu ainda que após este conjunto de audições se poderiam efetuar audições sobre comunidades portuguesas, designadamente do Observatório da Emigração e da Obra Católica Portuguesa de Migrações, tal como previsto no plano de atividades da Comissão, ponderando-se depois a organização de um Colóquio sobre esta temática.

O Sr. Deputado Carlos Gonçalves (PSD) referiu que estas audições já foram feitas em legislaturas anteriores e considera que há um grande exagero nos números que são divulgados quanto à realidade da emigração portuguesa.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) disse que interessaria contar com a participação dos conselheiros das comunidades pelo que poderia ponderar-se a possibilidade de fazer coincidir a organização de um colóquio com a sua reunião.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que de facto há uma grande confusão quanto aos números. Além das entidades propostas poderá haver ocasião para ouvir académicos seguindo os mesmos moldes da legislatura anterior.

O Sr. Deputado Carlos Gonçalves (PSD) interveio para referir que lhe parece muito pertinente ouvir o Conselho das Comunidades Portuguesas.

A apreciação do Relatório prevista no ponto 2 foi adiada para a próxima reunião.

3. Aprovação das Atas nºs 91 e 92 relativas às reuniões de 7 de maio e 14 de maio, respetivamente.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

As atas foram aprovadas por unanimidade.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 18:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 maio 2013.

O Presidente

Alberto Martins



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 94/XII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Basílio Horta
Bernardino Soares
Carlos Alberto Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Helena Pinto
José Lino Ramos
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Mónica Ferro
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ana Paula Vitorino
António Rodrigues
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Almeida Henriques
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Maria João Ávila